

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

DECISÃO COREN/SC Nº 036/2022 DE 23 DE AGOSTO DE 2022.

“Atualiza as normas referentes à criação de Comissões de Ética de Enfermagem (CEE) nas Instituições com serviços de Enfermagem do Estado de Santa Catarina”

A Presidência do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren/SC), em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 5.905/1973, Art. 15, Incisos II, III, V e VIII e, nos termos do Regimento Interno do Regional aprovado pela Decisão Coren/SC Nº 073/2021 e homologado pela Decisão Cofen Nº 008/2022.

Considerando a Resolução Cofen Nº 564/2017 que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

Considerando a Resolução Cofen Nº 370/2010 que altera o código de processo ético das autarquias profissionais de enfermagem para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre o processo ético-profissional que envolvem os profissionais de enfermagem e aprova o código de processo ético;

Considerando a Resolução Cofen Nº 593/2018 que normatiza, no âmbito dos Conselhos Regionais de Enfermagem, a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem nas instituições com Serviço de Enfermagem;

Considerando, por fim, a deliberação do Plenário do Coren/SC em sua 614ª Reunião Ordinária de Plenário;

DECIDE:

Art. 1º Normatizar a criação e funcionamento de Comissões de Ética de Enfermagem (CEE) nas Instituições com Serviço de Enfermagem no Estado de Santa Catarina como órgãos representativos do Coren/SC.

Art. 2º As CEE têm função educativa, consultiva, e de conciliação, orientação e vigilância ao exercício ético e disciplinar dos profissionais de Enfermagem.

§ 1º Entende-se a função de conciliação as questões de conflitos interprofissionais que não envolvam terceiros.

§ 2º As CEE devem estabelecer relação de autonomia e imparcialidade com as Instituições, bem como resguardar o sigilo e a discrição nos assuntos vinculados às condutas de caráter ético e disciplinar dos profissionais de Enfermagem.

Art. 3º São atribuições específicas dos membros da CEE:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- I - representar o Coren/SC na instituição de saúde em se tratando de temas relacionados à divulgação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
- II - divulgar e zelar pelo cumprimento da Legislação de Enfermagem ora vigente;
- III - identificar as ocorrências éticas e disciplinares na instituição onde atua;
- IV - receber denúncia de profissionais de Enfermagem, usuários, clientes e membros da comunidade relativa ao exercício profissional da Enfermagem;
- V - elaborar relatório, restrito à narrativa dos fatos que ensejaram a denúncia, anexando documentação, se houver, relativa a qualquer indício de infração ética;
- VI - encaminhar o relatório ao Coren/SC e ao Enfermeiro Responsável Técnico (RT) da instituição, para conhecimento, nos casos em que haja indícios de infração ética ou disciplinar;
- VII - propor e participar em conjunto com o Enfermeiro RT e o Enfermeiro responsável pelo Serviço de Educação Permanente de Enfermagem, ações preventivas e educativas sobre questões éticas e disciplinares;
- VIII - promover e participar de atividades multiprofissionais referentes à ética;
- IX - assessorar a Diretoria/Chefia/Coordenadora de Enfermagem da Instituição, nas questões ligadas à ética profissional;
- X - divulgar as atribuições da CEE;
- XI - participar das atividades educativas do Coren-SC e atender as solicitações de reuniões e convocações inerentes às atribuições da CEE, inclusive promover e participar de treinamento e capacitação;
- XII – apresentar, anualmente, relatório de suas atividades ao Coren-SC.

Art. 4º Tornar obrigatória a criação e o funcionamento de Comissão de Ética de Enfermagem em instituições com no mínimo 50 (cinquenta) profissionais de enfermagem em seu quadro de colaboradores.

Parágrafo único: Torna-se facultativa a constituição da CEE em instituições com número inferior a 50 (cinquenta) profissionais de Enfermagem.

Art. 5º A constituição da CEE é definida por meio de eleição direta e secreta, sendo os candidatos eleitos, por seus pares, por voto facultativo.

§1º Nas instituições de saúde militares, a constituição da CEE deverá obedecer aos critérios de designação por autoridade competente, de acordo com as normas destas instituições e os dispositivos estabelecidos nesta Decisão.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

§2º Nas instituições de saúde civis, não havendo inscritos para o processo eleitoral, os membros da CEE poderão ser designados pelo Enfermeiro Responsável Técnico-RT, desde que os profissionais atendam aos critérios estabelecidos nesta Decisão.

§3º A CEE será constituída por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 11 (onze) profissionais de Enfermagem, sempre respeitando o número ímpar de efetivos, entre Enfermeiros e Obstetizes (Grupo 1) e Técnicos e Auxiliares de Enfermagem (Grupo 2).

§ 4º A CEE será composta por presidente, secretário e membro, cabendo ao Enfermeiro com o maior número de votos o cargo de presidente.

§ 5º É facultada a eleição/inclusão de suplentes para a composição da CEE.

§ 6º O mandato dos membros eleitos da CEE será de 3 (três) anos, admitida apenas uma reeleição.

§ 7º É incompatível a condição de membro da Comissão de Ética com a da Gerência/Coordenação do Órgão de Enfermagem.

Art. 6º As eleições para constituição da CEE deverão ser convocadas até 60 (sessenta) dias antes do dia do pleito, mediante edital público, firmado pelo Enfermeiro RT, a ser fixado em todos os setores em que sejam prestados Serviços de Enfermagem na instituição.

§1º O Enfermeiro RT deverá constituir comissão eleitoral para encaminhamento do pleito, garantindo-se representação dos Grupos 1 e 2 em sua composição.

§2º Cabe a comissão eleitoral receber os pedidos de inscrição e sobre eles decidir, examinando se os candidatos preenchem os requisitos de elegibilidade.

§3º As inscrições de profissionais para o pleito deverão ocorrer em até 30 dias após a publicação do Edital para Formação de candidatos.

§4º As eleições deverão ocorrer, no mínimo, 07 dias após a certificação dos inscritos como candidatos aptos.

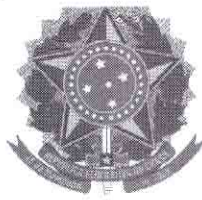
§5º O voto será por meio de cédula impressa, depositado em urna indevassável, ou por meio digital.

§6º A eleição se processará, preferencialmente, em 1 (um) dia, das 08:00 horas às 20:00 horas, garantindo-se a participação no pleito de todos os profissionais de Enfermagem da instituição.

§7º A apuração será pública e na presença dos candidatos concorrentes ou de observadores.

§8º Na hipótese de ocorrência de fato grave que influencie o resultado da eleição, poderá o interessado recorrer ao Coren/SC, a quem caberá decidir sobre a questão.

§9º Entende-se por fato grave aquele que coloca em dúvida a lisura do processo eleitoral, passível de apuração de responsabilidade e nulidade dos atos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

§10º Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos válidos.

§11º Cópia de todo processo eleitoral, capa a capa, deverá ser encaminhado ao Coren/SC para análise, avaliação e parecer de Conselheiro para aprovação do nome dos profissionais eleitos, em Plenário.

Art. 7º Nos casos de composição da CEE mediante designação cabe ao Enfermeiro RT identificar os membros, consultar seu interesse e examinar se os candidatos preenchem os requisitos de elegibilidade.

Art. 8º São critérios para integrar a CEE:

I - manter vínculo empregatício junto à instituição de saúde;

II - possuir, no mínimo, 1 (um) ano de efetivo exercício profissional, independente do local onde esse foi exercido;

III - possuir situação regular junto ao Coren/SC em todas as categorias que esteja inscrito;

IV - não possuir condenação transitada em julgado em processo administrativo e/ou ético nos últimos 5 (cinco) anos;

V - não possuir anotações de penalidades junto ao seu empregador nos últimos cinco anos.

Parágrafo único. O Enfermeiro RT deverá encaminhar ao Coren/SC os nomes dos profissionais inscritos/designados para verificação de regularidade e havendo impedimento de profissional ele não poderá participar do pleito.

Art. 9º Cabe ao Coren/SC dar o apoio, suporte e orientações necessárias para a constituição e funcionamento das CEE, bem como a adoção de medidas necessárias para fazer cumprir esta Decisão.

Art. 10. A CEE eleita ou designada será nomeada por Portaria do Coren-SC, que estabelecerá os nomes dos eleitos ou designados, efetivos e suplentes (se for o caso), destacando o nome do presidente e do secretário e o prazo do mandato a ser cumprido.

§1º A Portaria deverá ser publicada no site do Coren/SC e em outros meios disponíveis de divulgação.

§2º O Enfermeiro RT da instituição deverá iniciar o processo de novas eleições, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término do mandato definido na Portaria de designação da CEE.

§3º Em caso de desistência, afastamento ou desligamento de membro efetivo da CEE no período de vigência de seu mandato, a Presidência da CEE comunicará o fato à Comissão de Ética do Coren/SC (CEC) no prazo de até 30 dias, informando o nome do profissional que assumirá a vaga, para que sejam realizados os devidos encaminhamentos e providenciada nova Portaria de designação da CEE.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autorquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73


Art. 11. Caberá à Presidência do Coren/SC ou outro profissional por ela designado, dar posse à CEE da Instituição em ato oficial e na oportunidade entregar a Portaria de designação, que será o instrumento legal de atuação dos seus membros eleitos ou designados.


Art. 12 Esta Decisão aprova o modelo de Regimento Interno das CEE, em **Anexo 1**.

Art. 13 Os casos omissos serão decididos pela Plenária do Coren/SC.

Art. 14 Esta Decisão entrará em vigor após a sua homologação pelo Cofen, ficando revogada a Decisão Coren-SC Nº 014/2020.

Florianópolis, 23 de agosto de 2022.


Maristela Assumpção de Azevedo
Presidente
Coren-SC 033.234 ENF


Sandra Regina da Costa
Secretária
Coren-SC 039.248 ENF

